

ACTA N.º 178

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

Ordem de Trabalhos

Documentos Previsionais para 2006 (Orçamento e Grandes Opções do Plano); -----
Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para as seguintes entidades ou órgãos: -----

- Assembleia Distrital; -----
- ANMP (efectivo e suplente); -----
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; -----
- Conselho Cinegético Municipal; -----
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (designa 4 elementos); -----
- Comissão Municipal de Instalação e Modificação de estabelecimentos comerciais; -----
- Regimento da Assembleia Municipal; -----
- Regulamento Municipal de Urbanização Edificação, Taxas e Compensações: -----
- Alteração das normas e taxas; -----
- Aditamento da Taxa referente à “Ficha Técnica da Habitação”; -----

Outros Assuntos. -----
Eram dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que procedesse à chamada. -----

Depois de realizada a chamada, foram registadas as faltas dos membros António Ferreira e Rafael Matos, tendo sido justificada a falta do primeiro membro. -----

Seguidamente, o membro José Braga solicita ao presidente da Assembleia Municipal para intervir antes de prosseguirem os trabalhos agendados. -----

Dada a autorização para falar José Braga expõe os motivos pelos quais o bloco do PSD considera que a convocatória não foi devidamente realizada, ou seja, por desrespeitar as normas do Regimento em vigor conforme se encontra exarado no documento entregue à mesa depois de realizar a sua leitura. -----

Posto isto, o membro Francisco Ferreira solicita para expor a sua oposição à realização da sessão nos termos e pressupostos exarados no documento lido e entregue à mesa. -----

Os dois documentos vão ser arquivados no processo desta sessão, considerando-se aqui como transcritos. -----

O presidente da Assembleia Municipal não concorda com os fundamentos apresentados pelos dois membros sobre a oposição à realização da sessão, justificando a sua posição e citando a norma em vigor que regulamenta essa matéria. Aproveita para explicar que a ordem do dia e os documentos não têm, necessariamente, de acompanhar a convocatória, porque até cinco dias antes da sessão, existem entidades como os membros deste órgão que podem sugerir assuntos para serem incluídos na

ordem de trabalhos. Conclui, dizendo que esse assunto não oferece qualquer dúvida, atendendo ao previsto no art.º 87.º, n.º 2, da LAL. -----

Então, o membro Francisco Ferreira solicita a apresentação de um requerimento para ser apreciado e votado pelo plenário. Depois de lido o documento e explicado o seu conteúdo, considerado aqui como transcrito, foi colocado à votação. Este ponto prévio à ordem da sessão, considerado como uma moção para impugnação desta sessão, teve a seguinte decisão: o plenário deliberou com 16 votos a favor e 12 votos contra que os trabalhos da mesma prosseguissem. -----

O membro Albano Macedo solicita para intervir no sentido de apresentar a justificação do sentido de voto do grupo de membros do PS. Depois de concedida a palavra disse sobre a impugnação à realização desta sessão que “qualquer regimento em qualquer estrutura não pode ultrapassar a legislação vigente”. Considerou que o erro foi dos membros deste órgão, que não souberam em tempo devido adequar o regimento à nova legislação. Assim, compete à mesa interpretar todas as falhas e lacunas existentes no regimento. Portanto, a mesa e o plenário são soberanos nesta situação. Conclui, lamentar andarem sempre a impugnar sessões, quando o lema dos membros deste órgão é servir as populações, mesmo com o sacrifício de outras coisas. Não acatarem com ilegalidades, mas principalmente que se trabalhe no sentido de apoiarem o desenvolvimento deste concelho. Foi esse o sentido do voto do grupo do PS. -----

Seguidamente, o membro Joaquim Zacarias pede para intervir. O presidente da mesa pergunta se é para apresentar também uma declaração de voto, foi autorizada e sua intervenção. -----

O membro Joaquim Zacarias responde ao membro Albano Macedo dizendo ter começado com pura demagogia, porque como foi dito “o Regimento deve aproximar-se o mais que puder à Lei”. Teve a oportunidade de ver a proposta realizada e não se verifica qualquer alteração no conteúdo do art.º 20.º, que passa apenas a ser o art.º 21.º do Regimento. -----

Votou contra porque considera ser o Regimento a norma habilitante que rege esta Assembleia Municipal. Na falta de Regimento é a Lei que prevalece, mas havendo Regimento é este que deve regulamentar esse procedimento. -----

O presidente da mesa informou que o documento distribuído tem simplesmente como objectivo conceder uma base de trabalho, não sendo portanto uma proposta. Disse ter informado tratar-se apenas de uma base de trabalho para em conjunto ser elaborada uma proposta. -----

Foi dada a palavra ao membro Albano Macedo para se defender, dizendo e sublinhando que o documento distribuído é, simplesmente, uma base de trabalho, possuindo algumas normas que não concorda na forma como se apresentam. Faz parte de uma iniciativa dos serviços e do presidente deste órgão, mas contém algumas lacunas. -----

Seguidamente, foi apreciada a acta n.º 175, aprovada por maioria com as abstenções de Maria Elisabete Henriques, Júlio Fernandes, Francisco Ferreira, Severo Pereira, José Luís Almeida, Manuel Soares, José Coutinho, Ana Paula Hadden e Joaquim Zacarias. Os restantes membros votaram a favor. -----

Seguidamente, foi apreciada a acta n.º 176, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos membros: Nuno Silva e José Coutinho; e votos a favor dos restantes membros. -----

Por último, foi apreciada a acta n.º 177, aprovada por maioria com o voto contra do membro Fernando Oliveira. -----

Estes documentos foram remetidos a todos os membros para uma apreciação prévia.

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência enviada, designadamente: -----

- Convite da banda União Musical Pessegueirense, sobre a festa de homenagem ao senhor António Pereira da Silva, de Pessegueiro do Vouga; -----

- A Assembleia Distrital de Aveiro solicita que indique o membro eleito, estando na ordem do dia; -----

- Um comunicado do Vereador Raul Alberto da Conceição Duarte, cujo conteúdo foi lido em voz alta, para conhecimento do órgão deliberativo, sobre a acumulação de funções como vereador e privadas como agente de Seguros; -----

- Convite para estarmos presentes na assinatura de um protocolo entre o Município e a associação Mimos e Tratos – Associação de Protecção Animal; -----

- Justificação da falta à sessão, enviada pelo membro António Rodrigues Ferreira; -----

- Documentos enviados ontem pelo membro Francisco Ferreira, entregues hoje ao presidente da Assembleia Municipal, nomeadamente, três requerimentos entregues ao Presidente da Câmara para responder às questões sobre o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Código do Direito de Oposição e sobre os Consulados Honorários. Quanto ao cartão de membro da Assembleia Municipal o presidente da Assembleia Municipal informou, que deverá apresentar fotografia, bem como, os demais membros. Quanto ao seguro, informou que será enviada uma cópia da apólice, estando todos os membros incluídos no seguro obrigatório; -----

O grupo de vereadores do PSD manifestaram a vontade de presenciarem às sessões, comunicando que foi com muito agrado que recebeu essa iniciativa. -----

Comunicação escrita do presidente da câmara: Dado ter sido distribuída, atempadamente, a todos os membros o presidente da câmara sugeriu não ser necessário proceder à sua leitura, pondo-se à consideração dos membros presentes para colocarem questões sobre os assuntos incluídos na informação entregue. -----

O membro Francisco Ferreira coloca uma questão sobre a Rede Escolar, para saber se vão ser encerradas algumas escolas no concelho. O vereador com o pelouro da Educação – António Coutinho – prestou os esclarecimentos necessários, designadamente, estar previsto o encerramento das Escolas da Mouta e Parada. Mas, a Câmara intercedeu junto da DREC para aguardarem pela beneficiação da Escola de Couto de Esteves e encerrarem mais tarde aquelas duas escolas. -----

Foi dada a palavra ao membro Rui Rocha, que solicitou ser informado da resposta a remeter pela Direcção de Estradas sobre o pedido indicado na comunicação relacionado com a Sinalização Rodoviária e Segurança na EM 328, em Paradela. -----

O presidente da Câmara Municipal informou ser muito difícil a Direcção de Estradas dar seguimento às solicitações quer da Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Conclui dizendo: quando houver uma resposta daremos conhecimento imediato à Junta de Freguesia. -----

O presidente da Assembleia Municipal, seguidamente propôs a inscrição dos membros que desejassem intervir no “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

Para esse período, foram registadas as seguintes inscrições: Joaquim Zacarias, Francisco Ferreira, Silvério Gomes, José Braga, Albano Macedo. -----

-----**Período Antes da Ordem do Dia**-----

Joaquim Zacarias: Na sua intervenção aborda os seguintes assuntos: -----

- **Protecção Civil:** na rectaguarda da Zona Industrial dos Padrões, sobranceira à rua da N.ª Sr.ª de Fátima, encontram-se por de trás das habitações alguns pedregulhos, muitos deles soltos. Trata-se de um caso de protecção civil. -----

- **Lactogal:** Desejava saber se será uma realidade o fecho da unidade fabril desta sociedade existente em Sanfins. Informa ter tomado conhecimento que a Proleite está

a estudar a possibilidade de construir uma unidade grande em Oliveira de Azeméis, podendo fechar a fábrica de queijo de Sanfins. -----

- Nó de Carvoeiro: Este nó da A25, está muito mal sinalizado, aparecendo apenas uma placa a indicar Sever do Vouga já depois da ponte. Apenas o nó de Talhadas possui sinalização a indicar Sever do Vouga nos dois sentidos. Esse nó é utilizado pela esmagadora maioria das pessoas de Sever do Vouga. Portanto, deveria ser mais bem sinalizado. -----

- Acessos ao Rio: Embora o assunto esteja a ser tratado pela Câmara Municipal, presta a sua homenagem às empresas de desportos radicais que se disponibilizaram e vão promover novamente a limpeza das margens daquele rio, contrariamente à acusação de sujarem as margens do Rio Vouga. -----

- Rotunda de Sever do Vouga: Queria dar os parabéns, mas diz não poder, porque aparece nessa rotunda uma palmeira que nada têm a ver com o concelho. A iluminação no chão encandeia quem passa e tira completamente a visibilidade na rotunda. -----

- Praia Fluvial: Encontra-se um barco afundado já há muito tempo, poluindo visualmente quem passa e observa aquele espaço. -----

- Iluminação de Natal: Soube-se que a Câmara gastou cerca de 5.000 contos. Considera ser gasto muito dinheiro nessa acção. -----

- Pontão do Rio da Póvoa: Junto à casa do senhor Cidálio, continua a ver-se a terra a ir pelo rio abaixo e sem asfalto há muito tempo. -----

- Estrada da Cabine à Póvoa do Meio: Seria bom que a Câmara acabasse aquela obra. -

- Estrada da Gândara: O muro construído próximo de Paço parece uma manta de retalhos. Afirma que não permitiria a sua construção. Aquilo que sobressai para quem vê aquele muro é que deve ter custado muito dinheiro à câmara. Refere que num pequeno espaço existem muros em ciclópico, muros em tijolo, muros em pedra e depois aparece aquela muralha. -----

- Estrada em Cedrim: Refere-se à estrada no interior de Cedrim. Os vereadores do PSD numa reunião da Câmara sugeriram que a estrada não terminasse em frente à casa da D.^a Patrocínia, mas procurando-se uma saída o que é possível fazer-se. Informa que alguém foi dizer à senhora que os vereadores do PSD não concordavam com a construção daquela estrada. Isso não corresponde à verdade, ou seja, o que foi tratado prende-se com o facto de desejarem que a empreitada tivesse início, meio e fim, não apenas para servir aquela senhora. Na sua opinião até fica mais bem servida se o sugerido for realizado. -----

- Paragem de Autocarro: Junto à Escola Secundária existe uma paragem de autocarro a tapar completamente o passeio. As pessoas que pretendam passar a paragem têm que fazê-lo pela estrada, tornando-se muito perigoso. -----

- Bairro da Bela Vista: Os taludes e passeios no Bairro da Bela Vista, no Calvário, não estão devidamente arrançados apesar de referir esse assunto por diversas vezes. -----

- Tribunal da Comarca: Soube através de uma fonte em Aveiro, ser natural que o Tribunal desta Comarca venha a encerrar. Solicita ser informado sobre este assunto. --

- Aviso sobre subsídios: No jornal local foi publicada uma extensa lista dos subsídios atribuídos a várias entidades, encabeçado por Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga e, seguidamente, por Agrupamento Horizontal de Escolas de Sever do Vouga. Desejava que o presidente da Câmara comentasse esta nota porque já não existe Agrupamento Horizontal de Escolas de Sever do Vouga. -----

Por último informa que alguns assuntos que gostaria de abordar, ficarão para a discussão do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos. -----

Presidente da Câmara: Quanto às situações apontadas teceu os seguintes comentários: -----

Z. I. Padrões – Sobre os taludes que existem por detrás de umas vivendas, resultantes da terraplanagem efectuada por uma empresa, com um amontoado de pedras no limite da propriedade, informa ter dado entrada um projecto na sequência de uma queixa apresentada, estando a ser acompanhado o processo pela Consultora Jurídica. Estamos à espera que o proprietário faça esse muro, porque senão teremos que o obrigar mediante processo a interpor em Tribunal. -----

Lactogal – O processo arrasta-se já há alguns anos, tudo indica que tenda a ser encerrada a unidade fabril. Na sequência das reuniões realizadas com o sindicato e troca de correspondência com a administração, esperamos que alguma produção continue a ser feita nesta unidade fabril. -----

Nó de Carvoeiro – Já foi referido ser muito difícil obter-se algo da Direcção de Estradas de Aveiro, apesar das inúmeras visitas ao local, reuniões realizadas e correspondência enviada. Não compete à Câmara substituir a sinalização. Esperamos que a Direcção de Estradas satisfaça os inúmeros pedidos de alteração da sinalética naquele nó. -----

Rotunda – Está de acordo com o projecto realizado. -----

Iluminação de Natal – Vamos estudar meios diferentes de financiamento. Mas, se esta Assembleia entender poderemos deixar de efectuar a iluminação de natal. Vamos procurar saber, novamente, se os comerciantes estão dispostos a financiar uma parte desse encargo. Se não apoiarem, podemos entender não estarem interessados nesse serviço. -----

Pontão da Póvoa – Pretendemos realizar a pavimentação daquele caminho até à casa existente do outro lado do rio, logo que seja possível. -----

Muro da Gândara – Nos termos do Código das Expropriações somos obrigados a indemnizar os particulares pela propriedade e benfeitorias realizadas. Como todos sabem, havia ali um muro com duas faces, que era mais alto numa zona e ia diminuindo de altura. O muro construído tem sensivelmente a mesma altura. É na verdade muito caro. Mas, o proprietário exigia a construção de um muro igual ao existente naquele local. A empresa construtora informou que existiam poucos a construir um muro como o existente e ficaria num custo muito elevado, devido à necessidade de efectuar-se duas faces. O construtor propôs a construção daquele muro conforme se encontra executado e o proprietário concordou. -----

Estrada de Cedrim – Não é verdade servir apenas uma moradora, por terminar nessa casa. Aquela estrada também vai servir as pessoas que se servem da escadaria pública existente onde termina a estrada. Todos os moradores daquela zona manifestaram o desejo na construção da estrada. Esta parte será uma primeira fase dessa obra. Numa segunda fase far-se-á a ligação, para esse caminho possuir uma saída. -----

Paragem de Autocarro – A Direcção de Estradas prometeu realizar a rotunda neste ano, nessa altura será mudada a localização do abrigo da paragem de autocarros junto à Escola Secundária. -----

Loteamento do Bairro Social – É um loteamento muito antigo e não foi bem feito. Os serviços estão a estudar uma forma de alterar o loteamento para darmos um fim às parcelas sobrantes que existem entre os lotes, podendo-se criar zonas de estacionamento ou realizar protocolos com os particulares para poderem ajardinar aqueles espaços. ----

Tribunal da Comarca – Existem muitas versões sobre o funcionamento. Foi encomendado um estudo para reformulação das comarcas do país. A informação superior transmitida é que o Tribunal de Sever do Vouga têm muito movimento e, provavelmente, não vai ser incluído naqueles que certamente vão ser encerrados na Reforma Judiciária em estudo. -----

Francisco Ferreira – Disse, como não foi realizada a sessão de Dezembro, altura em que foram invocados os 25 anos da morte do Eng.º Adelino Amaro da Costa,

apresentou agora uma proposta para um voto de pesar pela morte há 25 anos do Eng.º Adelino Amaro da Costa, o qual deveria ser enviado à família e conhecimento à Câmara Municipal, Governo Civil, Assembleia da República, Primeiro Ministro e Presidência da República. -----

Apresentou outra proposta para um voto de pesar para o Dr. João Morais Leitão, falecido recentemente, muito querido do CDS-PP. Foram invocadas as razões do pedido apresentado, através da narração da biografia sucinta do ilustríssimo Dr. João Morais Leitão. O voto de pesar deverá ser enviado às mesmas entidades e respectiva família. -----

Prosseguindo, apresenta uma moção a esta Assembleia contra a desmedida violência das reacções de radicais islâmicos à publicação de “cartoons” em jornais europeus. Seguidamente, efectuou a explanação dos fundamentos da moção, exarados no documento entregue à mesa, dado aqui como transcrito. Assim, propõe que a Assembleia Municipal aprove um voto de protesto condenando veemente o risco contra a integridade e à vida humana na sequência das manifestações intoleráveis que têm provocado. De igual modo, o CDS-PP propôs que fosse dado conhecimento à Embaixada Dinamarquesa e às representações diplomáticas dos países membros da União Europeia. -----

Por último, apresenta uma recomendação, justificada, considerando ser necessário promover o seguinte: a) O Governo consulte as associações representativas das autarquias (ANMP e ANAFRE); b) A audição das assembleias municipais, em particular, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga. A Reorganização Administrativa do país é importante que seja feita, mas após a audição das autarquias. Considera também, importante que a Câmara Municipal promova um debate alargado sobre este assunto, envolvendo as diversas personalidades do concelho. Sugere a constituição de uma comissão que estude os problemas e a reorganização administrativa do concelho. Foi entregue o documento referente à presente recomendação considerado aqui como transcrito. -----

O presidente da Assembleia Municipal informou o membro Francisco Ferreira que os três assuntos entregues deveriam ser apreciados em “Outros Assuntos”. Deixando-se, portanto, para serem analisados nessa altura. -----

Silvério Gomes: - Colocou cinco questões ao executivo municipal, relacionadas com os seguintes assuntos: -----

- Muro que se encontra a desmoronar na entrada do lugar da Redouça, freguesia de Cedrim. Em Dezembro, desejava denunciar, mas agora efectuou um elogio pela resolução daquele problema; -----

No mesmo lugar, um pouco acima da Capela da Sr.ª de Guadalupe, existem buracos no meio da estrada, pondo em perigo as pessoas que transitam nessa via. -----

O piso no interior daquele lugar está em muito mau estado de conservação e urge que seja reparado; -----

- Outro assunto prende-se com a limpeza de várias estradas, concretamente da “Variante de Cedrim”. Foi realizada, mas demorou muito tempo, razão pela qual lamentou esse facto; -----

- Desejava saber se há alguma pretensão para melhorar o traçado da estrada de ligação ao lugar de St.º Adrião, por Cedrim. -----

- Foi proposta há muito tempo, a construção de um parque de estacionamento junto à Escola de Cedrim. Desejava saber quando será realizado. -----

- Por último, questiona a utilidade da placa colocada junto à Igreja Matriz de Cedrim, sobre a “Estrada do Aido da Cal”, também conhecida pela “Rua do Cemitério”. A placa foi colocada em Setembro último, com um prazo de 8 meses. Assim, pergunta se

aquele prazo é para cumprir e o que está a atrasar o seu início. Deseja saber também, se as expropriações foram todas realizadas. -----

Manuel Soares – Foram tomadas notas pelos vereadores presentes sobre alguns assuntos abordados. -----

Quanto ao estado do caminho da Redouça, informou que os serviços deverão efectuar um levantamento dessa situação para ser incluído na empreitada da beneficiação de estradas. -----

Sobre a estrada de S. Adrião, informa não ser possível para já a realização da rectificação, porque nos últimos anos, realizaram-se muitos investimentos na freguesia de Cedrim e as demais freguesias também desejam que se faça o mesmo nas restantes. Contudo a estrada indicada é uma das prioridades apontadas pela Junta de Freguesia. – Quanto ao parque de estacionamento, informa encontrar-se previsto no Plano de Investimentos e se for aprovado poderá ser uma obra a lançar a concurso na medida em como não será muito dispendiosa. -----

Em relação ao Caminho do Aido da Cal, é verdade estar lá a placa e encontrar-se dentro do prazo. Mas, na sequência dos pedidos apresentados pela junta de freguesia e mesmo no seio deste órgão, foi necessário estudar-se uma alteração no traçado. -----

José Braga – Aborda os seguintes assuntos para apresentar alguns reparos: -----

Rotundas – Elogia o facto de terem sido concluídos os trabalhos de embelezamento das rotundas. Na rotunda do cruzamento para Rocas do Vouga, critica a existência de um pinheiro plantado no meio das laranjeiras. -----

Postes – Fala sobre os postes depositados há muito tempo, no cruzamento que dá para o Centro de Saúde. Solicita que sejam retirados daquele local. -----

Limpeza de Valetas – Foi-lhe transmitido terem os funcionários da autarquia limpo as valetas da rua da Vasilvouga. Pergunta, porque motivo foi uma empresa privada fazer o mesmo trabalho, nesse troço, uma semana mais tarde. -----

Parque de estacionamento de Rocas – Informou não compreender a razão da existência de um poste e um monte de paralelos no meio do parque de estacionamento. -----

Encerramento de Escolas – Aborda este assunto para dizer que apesar de ser obrigatório por lei, lamenta essa medida porque vai ter como consequência a desertificação, na medida em como a presença das crianças e dos professores dão vida às aldeias onde ainda se encontram a funcionar as escolas do 1.º Ciclo. -----

Estrada de Lourizela – Pergunta se não há forma de pedir ao empreiteiro para avançar rapidamente com os trabalhos, porque é muito difícil transitar naquele troço em obras, mesmo a pé num trajecto percorrido por algumas pessoas idosas. O mesmo acontecendo na estrada de Rocas para o Couto, em obras. -----

Manuel Soares – Sobre as rotundas, informou terem sido embelezadas de acordo com o projecto realizado por um Engenheiro Paisagista e existem pessoas que gostam do projecto e outras não, sendo impossível reunir e igualar a opinião de todas as pessoas. -----

Em relação aos postes, do cruzamento para o Centro de Saúde que são da EDP, e do parque de Rocas, que pertence à P.T., vamos renovar novamente os contactos realizados para removerem aqueles postes. A PT já informou o executivo de ser difícil deslocar o poste para outro local, devido à quantidade de fios que possui e não haver nas proximidades uma alternativa para ser mudado de localização. Pretendem remove-lo para a parte de baixo do parque, mas o executivo não aceita essa solução. Assim, terá que ser removido para um local adequado. Os paralelos existentes nesse local destinam-se ao remate do piso nesse ponto. -----

Quanto ao encerramento das escolas, dá conhecimento da sua opinião pessoal sobre esse assunto. Informa também, que a carta escolar vai definir o número de escolas,

tudo apontando para nove, ou seja, uma em cada freguesia, na sequência das imposições colocadas pelo respectivo Ministério. Nesse projecto, onde estão integradas várias entidades, tudo aponta para a criação de nove centros escolares, em cada centro de freguesia, congregando todas as crianças do pré-primário e primeiro ciclo. Seria um modelo melhor, porque teriam biblioteca, salas para outras actividades e refeitório. Há um investimento elevado a fazer, mas o que estiver definido na carta escolar terá que ser realizado e tudo aponta para o encerramento de muitas escolas. --- Sobre as estradas informa ser muito difícil realizar novos traçados com menos curvas, mas estão a ser rectificadas muitas curvas com o seu alargamento, sendo certo tratar-se de uma rectificação que está a ser realizada nas estradas de Rocas ao Couto e do Couto para Lourizela. Informa que, nesta última obra, vão procurar restabelecer o trajecto pedonal, para facilitar a circulação a pé, de bicicleta ou de motorizada. -----

Albano Macedo – Dá as boas vindas aos novos elementos que integram este órgão deliberativo, bem como, aos novos presidentes de Junta de Freguesia que o integram e aqueles que voltavam novamente a fazerem parte como membros. -----

Aproveitou para frisar alguns aspectos de interesse para o concelho, tais como, saudar a eleição do Dr. Manuel Soares como Vice-Presidente da GAMA, e da Dr.ª Graciela Figueiredo para a Região de Turismo da Rota da Luz. Também, a redução de sinistros como resultado da transformação do IP5 na A25, na zona onde estamos inseridos (em 40% de acidentes e 80% de mortes). -----

Referiu o empenho demonstrado pelo governo em resolver a situação da barragem de Couto de Esteves/Ribeiradio. -----

Referiu, também, o desenvolvimento das obras na Escola das Eiras, em Paradela, onde haviam muitas carências, tanto para quem lá trabalhava, bem como, para os alunos. ---

Mudando de assunto, referiu que nem tudo são boas notícias, porque verificamos com alguma preocupação que o progresso de uns, também pode ser a perda de outros, referindo-se à estratégia da Lactogal, com a possibilidade de encerramento a curto prazo da unidade de Sanfins, acrescentando que se disponibilizam para apoiar nos contactos necessários para solicitarem a continuidade do fabrico naquela unidade fabril. -----

Conclui, apresentando um voto de pesar pelo falecimento dos familiares dos Presidentes de Junta de Freguesia de Silva Escura e de Paradela do Vouga, acrescentando que o falecimento da D.ª Esperança foi em resultado de um trágico acidente, aproveitando para prestar um voto de pesar pessoal ao amigo Rui Rocha. ----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

Documentos Previsionais para 2006 (Orçamento e Grandes Opções do Plano):

- O presidente da Câmara Municipal prestou os esclarecimentos necessários sobre a proposta aprovada pelo executivo, comunicando que seriam dadas as justificações em função das intervenções dos membros inscritos. Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal deu autorização para a intervenção dos membros que procederam à inscrição para se pronunciarem sobre os documentos previsionais.-----

Intervenções: -----

Manuel Soares – Apresentou como nota introdutória uma explicação exaustiva dos documentos previsionais apresentados para apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período para as intervenções dos membros sobre este ponto da ordem de trabalhos, tendo-se registado as seguintes participações: -----

Francisco Ferreira – Colocou as seguintes questões, relacionadas com o orçamento. --- A primeira relacionada com o referido nas “Notas às Grandes Opções do Plano”, designadamente, sobre o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de

Educação, da AMRia, do sistema inter-municipal do Médio Vouga, que aparecem como prioridades do Município, referindo que, no entanto, não aparecem na ordem do dia a criação destas comissões, perguntando se, não deveriam constar da ordem de trabalhos. -----

Outro aspecto, foi o facto de lhe parecer que foi contornada a legislação, porque o CDS-PP devia ter sido ouvido sobre a proposta do respectivo orçamento e plano de actividade, não tendo sido pelo menos convocado. -----

A terceira situação resulta do previsto no n.º 3, do art.º 52.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que o Orçamento tem que ter autonomizado o Orçamento da Assembleia Municipal, referindo que neste documento não vislumbrou essa separação. -----

Quanto à filosofia do orçamento disse que espelha, acima de tudo, despesa de funcionamento e não de investimento, podendo ser uma causa da dimensão do concelho, porque para se desenvolver é necessário haver investimento. -----

Manuel Soares – Informou que desejava guardar para o final a sua intervenção, mas aproveita para prestar os esclarecimentos pretendidos, informando que os conselhos vão ser constituídos e esta assembleia terá, oportunamente, a sua participação nessa constituição. Quanto à segunda questão, referiu que certamente a concelhia do CDS-PP não o informou de termos enviado a proposta para apreciação como decorre do Estatuto do Direito de Oposição. Sobre o Orçamento da Assembleia Municipal informou existir uma verba que será gerida por este órgão. -----

Em relação à afirmação que o orçamento tem mais despesas de funcionamento do que de investimento, informou não ser verdade, porque como foi já referido, a despesa corrente representa 37,7% e as despesas de capital (ou investimento) representam 62,3%. -----

Quanto ao estarmos na cauda dos concelhos da região, o presidente da câmara referiu que deveria estar a referir-se ao distrito de Aveiro, porque se for a região englobando os municípios do Médio Vouga, onde estamos integrados, ficamos acima de muitos municípios em todos os índices. Recomendou que fosse distribuídos os dados publicados pelo INE, para clarificar essa dúvida de uma vez por todas. Por exemplo, este concelho no índice relacionado com a Taxa de Dinâmica Empresarial (ou Índice de Actividade), comparando 2004 com 2002, este concelho cresceu 5%, enquanto alguns concelhos considerados muito ricos não tiveram crescimento. Conclui, dizendo que os documentos e os dados publicados sobre essa matéria são claros e evidentes. –

José Braga – Procedeu à leitura das justificações para o sentido de voto dos membros do PSD, exaradas na declaração de voto entregue à mesa, dada aqui como transcrita, arquivada junto dos documentos desta sessão e processo dos documentos previsionais apreciados. -----

Manuel Soares – Informou que guardaria a sua resposta para o final das intervenções. No entanto, respondeu que era exagerado o número de acções novas indicadas pelo membro José Braga. Mas, esse número é na verdade muito inferior ao que os presidentes de Junta de Freguesia pretendiam ver neste documento. -----

Como o membro José Braga falou na convocatória, podendo agora pronunciar-se sobre esse assunto, o presidente da Câmara Municipal informou ter consultado os serviços jurídicos da CCDR-C, referindo que a convocatória não possui qualquer ilegalidade. Senão vejamos, conforme determina o art.º 49.º da LAL, deverá ser enviada com pelo menos 8 dias de antecedência. No entanto, o regimento estabelece prazo diferente, ou seja, pelo menos 10 dias. Assim, só teremos que comprovar que a convocatória foi colocada no correio com pelo menos 10 dias de antecedência. Conforme foi referido pelo Director de Departamento foi remetida no dia 9 de

Fevereiro, ou seja, com 14 dias de antecedência. O momento no qual o membro recebe a convocatória não é relevante, conforme exemplos apresentados. -----
Por sua vez a Ordem do Dia não pode acompanhar a convocatória, porque até cinco dias úteis antes da sessão, aqueles que possuem competência para esse efeito, poderão apresentar assuntos para serem incluídos na ordem do dia, conforme estabelece o art.º 87º da LAL. -----

A norma do regulamento que estabelece ser obrigatório enviar a Ordem do Dia juntamente com a Convocatória é ilegal, porque contraria as disposições estabelecidas em legislação especial. Conclui, dizendo que sobre este assunto não existe qualquer dúvida e se a convocatória foi feita seguindo estes pressupostos, esta sessão encontra-se devidamente convocada. -----

Albano Macedo – Referiu que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006, representam a consolidação de um projecto autárquico que permitirá ao concelho de Sever do Vouga seguir um caminho de agrado à maioria dos Severenses. -----

Acrescenta que a estratégia do executivo não é igual à da oposição, baseada em projectos utópicos como a deslocação do quartel dos bombeiros voluntários para o lugar da Gândara e a construção das variantes de Rocas e Couto de Esteves, projectos que aumentariam certamente o défice do Município. -----

Este executivo apresentou propostas concretas para o desenvolvimento do concelho. Essa estratégia prende-se com os trabalhos desenvolvidos para a concretização dos projectos da Escola E.B. 2.3, a Escola Tecnológica, o IC35 e a Barragem de Couto de Esteves. Para esse objectivo ser alcançado é necessário que o governo assuma os seus compromissos. -----

Continuou apresentando todas as justificações subjacentes à aprovação da proposta dos documentos previsionais para 2006. -----

Manuel Soares – Interveio para informar os membros da Assembleia Municipal que poderiam sugerir a inclusão do Pólo Tecnológico como proposta, para apreciação numa próxima sessão. Em relação à barragem de Couto de Esteves/ Ribeiradio informou que vai ser lançado um concurso para escolha dos parceiros (investidores). –

Joaquim Zacarias – Citou uma afirmação contida nas notas às Grandes Opções do Plano, designadamente que “a água é fonte de vida”..., não para contradizer essa afirmação, mas para sublinhar que os serviços de saneamento e água são indispensáveis. Na sua opinião, todas as estradas intervencionadas deveriam levar as condutas de saneamento e de água, indicando algumas obras recentemente intervencionadas que não levaram condutas de água e saneamento (Ínsuas e Souto Chão). E na estrada para o Folharido e Angios estão por fazer os ramais de águas e saneamento. -----

Teceu alguns comentários sobre a escadaria em Silva Escura, classificando-a como um “capricho” do executivo. -----

Por último, abordou o tema da FICAVOUGA, recomendando dever-se repensar o modelo deste evento. -----

David Alves – Interveio, para dizer que a construção da escadaria é uma obra pretendida pela população de Silva Escura, pedida em tempos pelo Padre Miguel e de facto foi uma promessa da anterior eleição autárquica. Concluiu dizendo que pretendiam ver essa obra concluída neste mandato, já que não foi possível realizá-la no último mandato. -----

Joaquim Zacarias – Pediu ao presidente para responder que não se opõe à construção da escadaria. Essa ideia não corresponderá à verdade. No entanto, considera existirem outras necessidades mais urgentes para se resolver na freguesia de Silva Escura, como o problema do saneamento e água, bem como, a beneficiação de algumas estradas. ----

Em resposta ao membro David Alves, referiu que a promessa foi apresentada pela Junta de Freguesia e não da Câmara. -----

Manuel Soares – Após as intervenções, completou as justificações dadas mediante a informação lida cujo documento foi arquivado e dá-se aqui como reproduzido. -----

Deliberação – Os documentos previsionais para o ano económico de 2006, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 11.400.000,00€ (onze milhões, quatrocentos mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projectos e acções das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 7.450.700,00€ (sete milhões, quatrocentos e cinquenta mil e setecentos euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, foram aprovados por maioria, com doze votos contra de Francisco Ferreira, José Braga, Severo Pereira, Joaquim Zacarias, Manuel Soares, José Coutinho, Nuno Silva, Silvério Gomes, Ana Hadden, José Loureiro, Claudino Soares e Rui Rocha; com dezasseis votos a favor, dos restantes membros.-----

Declaração de Voto – Foram apresentadas duas declarações dos membros do PSD e CDS-PP, distintas, que vão ser arquivadas junto dos documentos desta sessão, dadas aqui como transcritas. -----

Esta deliberação foi tomada no uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais. -----

Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para as seguintes entidades ou órgãos: -----

- Assembleia Distrital: - Para efeitos do disposto na parte final da alínea a), do art.º 2.º, do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro, foi apresentada à mesa uma lista para eleição do segundo representante da Assembleia Municipal de entre os presidentes de junta de freguesia. Foi eleito o membro João Pereira Henriques, Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, para integrar a Assembleia Distrital. -----

- ANMP (efectivo e suplente): - Foram eleitos os membros Edgar Jorge Ribeiro Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Cedrim, como vogal efectivo, e Rui Manuel Batista Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, como vogal suplente, para efeitos do disposto nos Estatutos da Associação. -----

- Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios: - Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do art.º 5.º, da Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, foi eleito o membro José Loureiro dos Anjos, Presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga. -----

- Conselho Cinegético Municipal: - Para integrar o Conselho Cinegético Municipal, foi eleito o membro Belmiro Manuel Marques. -----

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (designa 4 elementos): - Na sequência da proposta apresentada pelo executivo e de acordo com a proposta elaborada pelos líderes dos partidos representados na Assembleia Municipal que refere concretamente o seguinte: considerando a elevada responsabilidade da indicação dos nomes de quatro elementos propostos por esta Assembleia Municipal; considerando que estes elementos, preferencialmente, ter conhecimentos especiais ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em risco, convém referir que embora a Assembleia Municipal designe quatro elementos, podemos ao abrigo da alínea m) sugerir a inclusão de outros elementos com formação designadamente a Dr.ª Ana Paula Amador Hadden, Socióloga e membro deste órgão deliberativo. Os elementos designados pela Assembleia Municipal para efeitos do previsto na alínea l), do art.º 17.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, foram os seguintes: Dr. Severo Pereira (Advogado); Dr.ª Zélia Marques (assistente Social); Prof.ª Graça Fernandes (Professora) e a Prof.ª Helena Bastos (Prof.ª do Ensino Especial). Este órgão

deliberativo, conforme já referido, propôs a inclusão da Dr.^a Ana Paula Amador Hadden, Socióloga, como sugestão a enviar à Comissão nos termos do previsto na alínea m) daquele preceito legal. -----

Comissão Municipal de Instalação e Modificação de estabelecimentos comerciais: - Para cumprimento do previsto na alínea b), do n.º 4, do art.º 7.º, da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, foi indicado o membro José Tavares Batista Braga, para integrar a Comissão Municipal de Sever do Vouga para a instalação ou modificação de Estabelecimentos Comerciais. -----

Regimento da Assembleia Municipal: - Como já foi referido nesta Assembleia Municipal, o presidente deste órgão na sessão de Dezembro entregou um exemplar de uma proposta para o novo regimento, destinada a servir, exclusivamente, como base de trabalho para o documento a ser submetido, verdadeiramente, como proposta para a apreciação e aprovação por parte deste órgão. -----

Nesta sessão ficou decidido criar uma comissão de trabalhos composta por um elemento de cada bancada desta assembleia, que deverá entregar à mesa até dez dias antes da realização da próxima sessão, a proposta para o novo regimento de funcionamento deste órgão. -----

Regulamento Municipal de Urbanização Edificação, Taxas e Compensações: - Primeiro, foram dadas as explicações sobre as propostas apresentadas sobre as alterações às normas e taxas do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações. -----

Seguidamente, foram anotadas as intervenções: -----

- de Francisco Ferreira para referir ser necessário assegurar cada vez mais o ordenamento do território, através de regras bem definidas nesta área. O membro Francisco Ferreira considerou que determinadas dispensas no licenciamento podem facilitar as construções ilegais, mesmo quando se trata de pequenas construções. -----

Nesta situação defende a disponibilização de projectos por parte dos serviços, fornecidos gratuitamente. -----

Sobre a taxa para depósito da “Ficha Técnica de Habitação” defendeu a isenção. -----

- de Severo Pereira que colocou algumas questões sobre a interpretação das normas, porque levantam dúvidas pertinentes quanto à sua apreciação, designadamente, a altura máxima de construção dos muros. A norma refere a distância máxima em comprimento, mas nada refere quanto à altura. -----

Posto isto, foram colocadas à votação as alterações ao mencionado regulamento. -----

- Alteração das normas e taxas: - Foi aprovada, por maioria, a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações, que compreende modificações às normas do art.º 14.º, 15.º, 16.º e 40.º, bem como, à Tabela de Taxas anexa, respectivamente, aos quadros V, XVIII e XIX. A alteração foi aprovada com os votos a favor de todos os membros, com excepção do membro Francisco Ferreira que optou pela abstenção. -----

- Aditamento da Taxa referente à “Ficha Técnica da Habitação”: - Foi aprovada, por maioria, com os votos a favor dos membros presentes e abstenção do membro Francisco Ferreira, a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações, mais concretamente, do Quadro XVIII, com aditamento do ponto “8 – Depósito da “Ficha Técnica da Habitação”, por cada 15,00 €”. -----

Outros Assuntos: - Seguidamente foi proposta à Assembleia Municipal a apreciação de dois assuntos, cujos documentos foram enviados por correio. Colocada á votação, votaram contra os seguintes membros: Francisco Ferreira, José Braga, Severo Pereira, Joaquim Zacarias, Manuel Soares, José Coutinho, Nuno Silva, Silvério Gomes e Ana

Hadden. Estes dois pontos não foram apreciados nesta sessão, porque não votaram a favor pelo menos dois terços dos membros que constituem este órgão. -----
Seguidamente, foram apresentadas à mesa uma moção, uma recomendação e votos de pesar na sequência da proposta apresentada pelo membro Francisco Ferreira. A votação foi a seguinte: Votos de Pesar – 10 votos contra, 7 abstenções e 9 votos a favor; Recomendação – 1 voto contra, 7 abstenções e 18 votos a favor; Moção – 12 votos contra, 8 abstenções e 6 votos a favor. -----

1 – Recomendação: - Foi considerada aprovada por maioria, conforme votação acima indicada, a recomendação apresentada pelo membro Francisco Ferreira, nos termos da proposta apresentada cujo documento se considera aqui como transcrito. ---
Não foram apreciados os assuntos relacionados com os votos de pesar e moção, por não reunir a aceitação de dois terços dos membros deste órgão. -----
O membro Albano Macedo, solicitou para transmitir a justificação do sentido do seu voto. Dada a autorização, referiu não estar contra as propostas apresentadas pelo membro Francisco Ferreira, bem como, o respectivo teor. Considerou que estas deliberações devem ser tomadas por unanimidade, porque terão certamente um efeito diferente. -----

Foi dada, também, autorização para o membro José Luís se pronunciar sobre este assunto. -----

O membro José Luís referiu que estas propostas foram recebidas sem o tempo desejado para a sua apreciação e ponderarem o sentido de voto para cada assunto proposto. Como os demais assuntos, também exigem análise e ponderação. Na sua opinião os membros que pretendam apresentar propostas desta natureza, devem providenciar essa documentação com a antecedência devida. -----

-----**Período de Intervenção do Público**-----

A pedido do vereador João Almeida, foi dada autorização para intervir apenas sobre o assunto indicado, ou seja, sobre a “Construção da Escadaria de Silva Escura”. -----

O vereador João Miguel defendeu não estar contra a construção da escadaria. Não concorda com a forma como está a ser resolvido esse processo, porque são adoptados procedimentos diferentes para processos semelhantes, denotando divergências estratégicas do executivo. Recomendou uma leitura atenta da declaração de voto, porque explica claramente as razões invocadas sobre esse assunto. Conclui dizendo que não é correcto andarem a transmitir uma informação que não corresponde à verdade, ou seja, que é contra a construção da escadaria. -----

Por último, foi lida pelo primeiro secretário, a acta elaborada em minuta, aprovada por maioria com dezassete votos a favor, uma abstenção e oito votos contra. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja minuta foi aprovada no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

